



CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO E DE PÓS-DOUTORAMENTO

CONVITE N.º NORTE-69-2019-23

V1-17/07/2019

CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Data de publicação	Descrição
1	17/07/2019	21/07/2019	Versão inicial

Índice

1	ENQUADRAMENTO E CARATERIZAÇÃO GERAL	4
2	OBJETIVOS	5
3	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO E AÇÕES ELEGÍVEIS	5
3.1	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO ELEGÍVEL	5
3.2	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DA OPERAÇÃO	5
4	ÂMBITO GEOGRÁFICO	6
5	BENEFICIÁRIO ELEGÍVEL	6
5.1	NATUREZA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA	6
5.2	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA	6
6	DESTINATÁRIOS	7
7	INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO A ALCANÇAR	7
8	DOTAÇÃO FINANCEIRA DO AVISO	9
9	CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO ÀS OPERAÇÕES	9
9.1	FORMA DO APOIO	9
9.2	TAXA MÁXIMA DE COFINANCIAMENTO	9
9.3	DESPESAS ELEGÍVEIS	9
10	DURAÇÃO DA OPERAÇÃO	10
11	REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES	10
12	MODALIDADE E PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	10
12.1	FORMALIZAÇÃO DAS CANDIDATURAS	10
12.2	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS	10
12.3	NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	11
12.4	DOCUMENTOS A APRESENTAR	11
13	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	11
13.1	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO	11
13.1.1	<i>Critérios de seleção</i>	11
13.1.2	<i>Metodologia de cálculo</i>	12
13.2	ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA APRECIACÃO E PELA DECISÃO	12
13.3	ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES	13
13.4	CALENDARIZAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE E DECISÃO	13
14	CONDIÇÕES DE ALTERAÇÃO	14
15	REGIME DE FINANCIAMENTO E PRAZOS DE DECISÃO DE PAGAMENTOS	15
16	ESCLARECIMENTOS E PONTOS DE CONTACTO	17
17	OUTRAS DISPOSIÇÕES	17

Lista de Anexos

- Anexo I – TABELA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ÁREAS CIENTÍFICAS DA REVISÃO DO MANUAL FRASCATI E AS PRIORIDADES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (ENEI) E DA ESTRATÉGIA DA REGIÃO DO NORTE DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3 NORTE)
- Anexo II – LISTA DE DOCUMENTOS A DISPONIBILIZAR PELA ENTIDADE BENEFICIÁRIA
- Anexo III – TABELA REFERENTE AOS VALORES DE BOLSAS DE FORMAÇÃO AVANÇADA
- Anexo IV – METODOLOGIA DE ANÁLISE DE MÉRITO
- Anexo V – FLUXOGRAMA

1 ENQUADRAMENTO E CARATERIZAÇÃO GERAL

O presente aviso de abertura de convite para apresentação de candidaturas estabelece as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, conjugados com o artigo 5.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RECH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, que a republica, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro e n.º 159/2019, de 23 de maio.

A operação a apoiar enquadra-se no Eixo Prioritário 8 – Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida do NORTE 2020, incidindo o presente convite nos programas de doutoramento e de pós-doutoramento.

Esta tipologia de ação refere-se à formação associada a domínios de especialização inteligente, pelo que se espera que o aumento do número de doutorados e de pós-doutorados reforce a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação nos domínios alinhados com as prioridades definidas na Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente, privilegiando-se as ações alinhadas com os domínios prioritários da Estratégia da Região do Norte de Especialização Inteligente.

O quadro seguinte enquadra e apresenta uma caracterização geral do apoio em apreço.

Eixo Prioritário	8. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida
Objetivo Temático	OT10 — Investir na educação, na formação e na formação profissional, para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (FSE)
Prioridade de Investimento	PI 10.2 — Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas.
Objetivo Específico	Aumentar o número de doutorados e de pós-doutorados, criando condições para a conclusão dos respetivos programas de estudo, num quadro de melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior, tendo em vista o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação nos domínios regionais de especialização inteligente.
Tipologia de Intervenção	69 — Formação avançada
Tipologia de Operação	Programas e ações de doutoramento e de pós-doutoramento
Domínio de Intervenção	116 — Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente
Regulamento Específico	Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano
Fundo	Fundo Social Europeu
Indicadores de realização e de resultado	Ver ponto 7 do presente convite.
Período de Candidaturas	Data de abertura: dia útil seguinte ao da publicação
	Data de termo: 31/10/2019, até às 17h59m59s.

2 OBJETIVOS

O presente convite visa apoiar a realização de programas e ações de doutoramento e de pós-doutoramento, que constituem uma tipologia prevista no Programa NORTE 2020 e na alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º do RECH, nos termos das condições definidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro e republicado pelos Decretos-Leis n.º 115/2013, de 7 de agosto, n.º 63/2016, de 13 de setembro e n.º 65/2018, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.

Os programas de doutoramento e de pós-doutoramento a apoiar visam o reforço da investigação científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, em especial na resposta às carências identificadas nas áreas com mais potencialidade de crescimento nos domínios prioritários da RIS3 para a Região do Norte, bem como nos domínios alinhados com as prioridades definidas na Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.

As condições de apoio a doutoramentos e pós-doutoramentos promoverão o desenvolvimento de parcerias entre instituições do ensino superior, centros de tecnologia e investigação e empresas e valorizarão o sucesso na transição dos doutorados e pós-doutorados para o mercado de trabalho.

3 TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO E AÇÕES ELEGÍVEIS

3.1 Tipologia de operação elegível

São elegíveis programas de doutoramento e de pós-doutoramento, como previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º do RECH, promovidos por Instituições de Ensino Superior, desde que alinhados com os domínios prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (ENEI).

3.2 Critérios de elegibilidade da operação

A operação deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

- (i) os doutoramentos e os pós-doutoramentos a financiar devem estar diretamente alinhados com a RIS3 ou com a ENEI. Assim, apenas poderão ser considerados elegíveis os doutoramentos e os pós-doutoramentos alinhados com a RIS3 Norte ou com a ENEI, nos termos identificados no Anexo I do presente aviso, que estabelece a correspondência prévia entre as áreas científicas do Manual Frascati dos programas de doutoramento e de pós-doutoramento, por um lado, e os domínios prioritários da ENEI e da RIS3 Norte, por outro;

- (ii) os bolseiros dos programas e das ações de doutoramento e pós-doutoramento multirregionais serão financiados pelo PO Regional da região onde está sediada a instituição de acolhimento, entendendo-se como a instituição de acolhimento aquela onde decorre o plano de trabalhos financiado pela bolsa na data de início da participação dos bolseiros na operação;
- (iii) os doutoramentos em programas de doutoramento associados a Unidades de I&D representam pelo menos metade da formação avançada financiada, não podendo ser apoiado o mesmo doutorando em mais do que um doutoramento;
- (iv) não pode ser aceite mais do que um terço de doutorandos e pós-doutorandos cuja instituição de acolhimento seja a instituição de ensino superior frequentada pelo próprio no ciclo de ensino superior anterior ou onde exerce a sua atividade profissional enquanto docente ou investigador.

O cumprimento das condições de elegibilidade da operação acima referidas deve ser assegurado à data de apresentação da candidatura, salvo se legalmente prevista outra disposição.

4 ÂMBITO GEOGRÁFICO

São elegíveis os programas de doutoramento e de pós-doutoramento que decorram na NUTS II Região do Norte, sendo esta elegibilidade determinada pela localização da instituição de acolhimento dos bolseiros, entendendo-se como a instituição de acolhimento aquela onde decorre o plano de trabalhos financiado pela bolsa na data de início da participação dos bolseiros na operação, nos termos da alínea d) do artigo 20.º do RECH.

5 BENEFICIÁRIO ELEGÍVEL

5.1 Natureza da entidade beneficiária

O presente convite para a apresentação de candidaturas é destinado exclusivamente à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), I.P., enquanto beneficiária responsável pela execução das respetivas medidas de política pública, na aceção prevista no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro e nos termos definidos na alínea e) do artigo 23.º do RECH.

5.2 Critérios de elegibilidade da entidade beneficiária

A entidade beneficiária supra identificada deve assegurar e declarar que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e que não está abrangida pelos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual, e na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na redação atual.

Se para tal for notificada, a entidade beneficiária deverá comprovar o cumprimento dos critérios acima referidos.

6 DESTINATÁRIOS

São destinatárias da operação as pessoas individuais que satisfaçam as condições de acesso previstas no Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, entidade beneficiária da tipologia de operação a que este convite respeita, respeitando as condições definidas no ponto 3.2 do presente aviso.

7 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO A ALCANÇAR

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, e constituirá fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes da mesma entidade beneficiária, independentemente dos fundos e das tipologias de operação.

Devem ser contratualizados com a entidade beneficiária, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada, nos termos do artigo 26.º do RECH, conjugado com o n.º 10 do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na redação atual.

A entidade beneficiária deverá identificar nas candidaturas o indicador de resultado a contratualizar com a Autoridade de Gestão (metas a atingir), bem como os indicadores de realização, com a respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o ano-alvo.

Em caso de aprovação da candidatura, a entidade beneficiária fica obrigada a recolher e sistematizar toda a informação necessária ao apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos no Anexo I do Regulamento (UE) nº 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, colaborando com a Autoridade de Gestão (AG) na sua quantificação e no reporte à Comissão Europeia.

A entidade beneficiária deverá dotar-se dos mecanismos adequados para poder comprovar, no encerramento da operação, designadamente em sede de saldo final e 6 meses após a conclusão da mesma, o alcance das metas previamente contratualizadas com a AG.

As metas serão definidas pela entidade beneficiária em sede de candidatura e terão como referência as metas definidas para 2023 nos indicadores de realização e de resultado do Programa

Operacional Regional do Norte. Assim, para monitorização da execução dos objetivos subjacentes ao projeto candidatado, foram definidos os indicadores que seguem.

Tipo de Indicador	Designação	Unidade	Meta
REALIZAÇÃO	Bolseiros de doutoramento apoiados	N.º	xxxx (1)
RESULTADO	Doutoramentos concluídos	%	≥ 70 (2)

(1) Corresponde ao somatório de todos os bolseiros apoiados na presente operação, independentemente da duração do apoio.

(2) Metodologia de cálculo do indicador de resultado: (número de bolseiros abrangidos na operação que obtiveram o grau de doutoramento no tempo previsto para a conclusão, ou seja, 5 anos, com defesa de tese e atribuição de grau, descontados os períodos previstos na lei para interrupção da formação, nomeadamente por motivos de parentalidade e doença do bolseiro comprovado por atestado médico / número de bolseiros abrangidos na operação que estavam em condições de obter o grau de doutoramento no tempo previsto para a conclusão) *100.

Nas situações em que a desistência dos bolseiros decorra de fatores não imputáveis à entidade (designadamente por morte ou doença prolongada do aluno), desde que comprovados documentalmente, não haverá a penalização para a entidade beneficiária.

O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração para efeitos de redução ou revogação do financiamento da candidatura aprovada, de apuramento do valor a pagar em sede de saldo final e de encerramento da operação, nos termos previstos no n.º 10 do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua redação atual. Estes princípios são aplicados do seguinte modo:

- i) por cada ponto percentual de desvio negativo na média dos indicadores, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10 % dessa despesa;
- ii) a penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando a média alcançada nos indicadores atinja 85 % do que for contratualizado.

O disposto no número anterior será aplicado uma vez decorrido o período de 6 meses após a conclusão da operação, podendo implicar a reabertura do saldo final.

8 DOTAÇÃO FINANCEIRA DO AVISO

A dotação orçamental indicativa de Fundo Social Europeu a atribuir à operação abrangida pelo presente convite é de 90.000.000 € (noventa milhões de euros), sem prejuízo de esta vir a ser reforçada, caso se justifique.

9 CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO ÀS OPERAÇÕES

9.1 Forma do apoio

Os apoios a conceder no âmbito do presente convite assumem a forma de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, tendo presente o enquadramento determinado pelo n.º 6 do artigo 24.º do RECH.

9.2 Taxa máxima de cofinanciamento

Conforme estabelecido no artigo 3.º do RECH, a taxa de cofinanciamento é de 85 % de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas. Os restantes 15 % constituem a contribuição pública nacional, assegurada pela entidade beneficiária.

9.3 Despesas elegíveis

Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, são elegíveis as despesas efetivamente realizadas e pagas a partir de 1 de setembro de 2018.

São aplicáveis as condições e os montantes definidos na regulamentação de enquadramento aplicável às ações desta natureza, pelo que o presente convite estabelece os montantes máximos constantes na Tabela em Anexo III, em consonância com os valores para o efeito fixados no Regulamento de Bolsas de Investigação (RBI) da FCT.

Quando as despesas realizadas no estrangeiro decorram fora da União Europeia, a respetiva elegibilidade fica condicionada ao limite de 3 % do orçamento do FSE do PO NORTE 2020, nos termos definidos na alínea b) do artigo 25.º do RECH.

10 DURAÇÃO DA OPERAÇÃO

A operação a apoiar ao abrigo do presente aviso deve ter como duração máxima 48 meses, contados a partir da data de início físico da primeira atividade, e devendo a operação ter o seu término dentro desse prazo até 31 de dezembro de 2023.

11 REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

A entidade beneficiária da candidatura que venha a ser aprovada pelo NORTE 2020 compromete-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade, resultantes das disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da aprovação da candidatura (<http://norte2020.pt/publicidade>).

12 MODALIDADE E PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

12.1 Formalização das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruída de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual, e nos termos definidos no presente convite.

Na submissão das candidaturas a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao aviso de convite a que pretende concorrer, devendo para o efeito tomar em atenção a respetiva sigla de identificação. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020.

12.2 Prazo para apresentação de candidaturas

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente aviso e as 17h 59m 59s do sexagésimo dia seguido.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12.3 Número de candidaturas a apresentar

A entidade beneficiária só pode apresentar uma candidatura no âmbito do presente convite, nela integrando todos os cursos de doutoramento e de pós-doutoramento a realizar na Região do Norte que respeitem as condições identificadas no aviso, designadamente as de âmbito geográfico definidas no ponto 4.

12.4 Documentos a apresentar

A candidatura deverá ser instruída com todos os documentos identificados no Anexo II a este aviso.

Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo aceite a sua apresentação por qualquer outra via.

A candidatura deve ainda conter a informação complementar que a entidade beneficiária considere relevante para a avaliação de mérito e para a demonstração das condições de elegibilidade da entidade beneficiária e da operação.

13 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

13.1 Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito

13.1.1 Critérios de seleção

A candidatura é alvo de uma avaliação de mérito absoluto, considerando os critérios de seleção aplicáveis e respeitando o limiar mínimo abaixo do qual a operação não é selecionável (pontuação final de 3,00), tal como definido no ponto seguinte.

A avaliação baseia-se na informação disponibilizada pela entidade beneficiária, designadamente, os dados do formulário, a Memória Descritiva/caraterização técnica, os resultados a contratualizar e outros elementos que a entidade beneficiária considere relevantes para o efeito, devendo explicitar-se, em ponto autónomo, a fundamentação da aplicação dos critérios de seleção.

A candidatura será apreciada em função dos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do NORTE 2020 para a tipologia de operação em apreço, aferidos à luz dos parâmetros identificados no Anexo IV, que faz parte integrante do presente aviso.

13.1.2 Metodologia de cálculo

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de 1 a 5, de acordo com os descritores definidos para os níveis de Bom, Médio e Baixo, tal como identificados no Anexo IV.

O Indicador de Mérito absoluto é determinado ponderando as categorias de critérios do seguinte modo: $0,3 \cdot A + 0,25 \cdot B + 0,15 \cdot C + 0,3 \cdot E$.

Para a avaliação do Mérito da Operação (MO) da candidatura apresentada serão consideradas as seguintes ponderações dos critérios de seleção, cujo detalhe consta do Anexo IV:

Critérios de seleção		Ponderação
E. Enquadramento estratégico	1. Grau de alinhamento da proposta com as prioridades regionais da Estratégia de Especialização Inteligente	30%
A. Eficácia e impacto em resultados	2. Adequação do esforço de financiamento aos resultados esperados	30%
B. Eficiência, qualidade e inovação	3. Relevância dos Programas de Doutoramento	25%
C. Complementaridade e sinergias	4. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional	15%

Sempre que os elementos disponibilizados pela entidade beneficiária não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério será atribuída a pontuação de 1.

A pontuação final do Mérito da Operação é estabelecida com relevância até às duas casas decimais, sem arredondamento.

13.2 Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão

À luz do previsto na alínea c) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua atual redação, relativo ao modelo de governação dos FEEI, a análise, a seleção e a decisão sobre as candidaturas são da responsabilidade da Autoridade de Gestão do NORTE 2020.

13.3 Esclarecimentos complementares

A AG pode requerer à entidade beneficiária esclarecimentos e/ou elementos complementares, o que só pode ocorrer por uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres a peritos externos independentes da Autoridade de Gestão. Os elementos em causa devem ser apresentados pela entidade beneficiária de uma só vez, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Eventuais elementos adicionais que a entidade beneficiária entenda remeter apenas poderão ser aceites dentro do prazo supra referido.

Se, findo este prazo, não forem prestados pela entidade beneficiária os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis, podendo implicar o seu indeferimento quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável à entidade beneficiária e aceite pela AG.

A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para decisão sobre a candidatura.

13.4 Calendarização do processo de análise e decisão

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade**, através da verificação das condições de elegibilidade da entidade beneficiária, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação no presente convite.
- ii) **Avaliação do mérito**, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do NORTE 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constante do Anexo IV.
- iii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as dotações estabelecidas.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela AG do NORTE 2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do convite, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no fluxograma constante do Anexo V.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados à entidade beneficiária quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável à entidade beneficiária e aceite pela AG, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

Finda a análise das candidaturas, a AG notifica a entidade beneficiária dos resultados e da proposta de decisão que recair sobre as candidaturas, procedendo à audiência prévia dos interessados.

Cabe ainda à AG efetuar a notificação da decisão final sobre a candidatura e o envio da minuta de Termo de Aceitação, ficando esses elementos igualmente registados no sistema de informação, passíveis de consulta pela entidade beneficiária na sua “Conta Corrente”.

A aceitação da decisão de concessão do apoio é feita mediante a assinatura, pela entidade beneficiária, do termo de aceitação, submetido eletronicamente e autenticado nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do antedito Decreto-Lei, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela AG.

A decisão de aprovação das candidaturas é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, salvo se aquele tiver sido autorizado pela AG.

Uma vez concluída a análise e emitida decisão final sobre a candidatura do aviso, a AG procederá à divulgação pública do projeto aprovado no *site* do NORTE 2020 e, com a periodicidade legalmente prevista, nos meios de comunicação social.

14 CONDIÇÕES DE ALTERAÇÃO

Após a aprovação da operação, a entidade beneficiária pode apresentar pedidos de alteração. Os pedidos de alteração da candidatura são formalizados no Balcão 2020. Para o efeito, a entidade

beneficiária deverá ter em conta a Norma de Gestão 6/NORTE2020/2018 - Metodologia de Alteração das Operação¹.

Quando a operação não se inicie no ano civil previsto na decisão de aprovação, é desencadeado um “Pedido de Alteração Automático”. Após confirmação pela AG da data de início (N+1), os custos aprovados associados ao ano inicial são transitados para o ano seguinte. A data de início do projeto é alterada pela nova data comunicada, não sendo contudo alterada a data de fim nem a programação dos anos subsequentes ao ano n+1. Se a entidade beneficiária não for notificada da correspondente decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual.

Quando nas candidaturas plurianuais o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte, não carecendo da apresentação de um pedido de alteração para o efeito.

15 REGIME DE FINANCIAMENTO E PRAZOS DE DECISÃO DE PAGAMENTOS

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pela entidade beneficiária confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização da respetiva operação, nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A entidade beneficiária tem direito a receber um adiantamento para a candidatura aprovada, no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumpriam, cumulativamente, as seguintes condições:

- submissão eletrónica, no Balcão 2020, do termo de aceitação da decisão de aprovação ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar a entidade e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade;

¹ Disponível no site do Programa NORTE 2020 (<http://norte2020.pt/regulamentacao/normas-e-orientacoes>).

- verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- comunicação do início da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados eletronicamente no Sistema de Informação (SIFSE), devendo a entidade beneficiária fornecer os dados físicos e financeiros requeridos.

Tratando-se de candidatura plurianual, caso o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte, caso não haja decisão contrária por parte da AG.

A entidade beneficiária fica obrigada a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

A entidade beneficiária tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado através do SIFSE, no prazo de 45 dias úteis a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pela entidade beneficiária, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos

documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

16 ESCLARECIMENTOS E PONTOS DE CONTACTO

Pedidos de informação ou de esclarecimento podem ser obtidos:

. No Portal Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>):

- a) Informações de enquadramento geral (legislação vária);
- b) Aviso e documentação anexa;
- c) FAQ;
- d) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas relativas ao Balcão 2020, da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ex.: registo de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de registo e submissão das candidaturas), através do menu “Contacte-nos”.

. No site do NORTE 2020 (<http://www.norte2020.pt/>)

- a) Informações de enquadramento geral (legislação vária), em especial a aplicável ao NORTE 2020;
- b) Aviso e documentação anexa;
- c) FAQ;
- d) Os resultados do presente Convite;
- e) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas: Informações sobre o aviso e regras aplicáveis, através do menu “Sugestões e Dúvidas” (email norte2020@ccdr-n.pt).

Através da linha de atendimento do NORTE 2020: +351 22 766 2020 (Horário: 9:00–13:00/14:00–18.00).

17 OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente convite aplica-se, de forma subsidiária, o disposto nos seguintes diplomas, na redação atual: Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro; Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual; Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º

107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro e republicado pelos Decretos-Leis n.º 115/2013, de 7 de agosto, n.º 63/2016, de 13 de setembro e n.º 65/2018, de 16 de agosto; Portaria n.º 60-A/2015 de 2 de março e Portaria n.º 60-C/2015, ambas de 2 de março e na redação atual; os Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos de 17 de dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Porto, 17 de julho de 2019

Programa Operacional Regional do Norte 2020

O Presidente da Comissão Diretiva

Fernando Freire de Sousa